

A memória enquanto patrimônio cultural: alteridades e narrativas sobre o sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos, Piauí

Luzia Maria de Sousa Carvalho Policarpo¹

Aline Gonçalves de Freitas²

Maria do Amparo Alves de Carvalho³

Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento⁴

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v14i27.63186>

Resumo: Neste trabalho, usamos a oralidade para verificar as relações de pertencimento e da memória como forma de salvaguardar o patrimônio cultural, na comunidade da área do Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos. O Sítio localiza-se no município de São João do Piauí, na área do Parque Nacional Serra da Capivara, Nordeste do Brasil, e possui uma diversidade de vestígios arqueológicos como urnas cerâmicas contendo enterramentos humanos datados por radiocarbono de 450 a 140 cal. anos antes do presente, ou seja, quatro séculos passados, além de artefatos líticos lascados e pinturas rupestres. As histórias contadas por Dona Isidória e membros de sua família, os proprietários da terra onde foi registrado o Sítio fazem referência à sua identificação como indígenas e descendentes dos grupos humanos ali sepultados. Nós transcrevemos as impressões dessas pessoas sobre as materialidades do passado e do presente. Fato que, em certa medida, molda sua memória social e identidade cultural e auxilia na preservação do patrimônio arqueológico local.

Palavras-chave: Educação Patrimonial Decolonial; História Oral; Memória; Identidade Cultural; Patrimônio cultural.

¹ Luzia Maria de Sousa Carvalho Policarpo, Pós-Doutoranda do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Brasil. E-mail: arqueoluz@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-5245-3138> .

² Aline Gonçalves de Freitas. Bolsista de Desenvolvimento Regional FAPEPI/CNPq do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. E-mail: tutyfreitas@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-5450-0850> .

³ Maria do Amparo Alves de Carvalho. Doutora em História pela PUC-RS. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil. E-mail: amparocarvalhoarq@ufpi.edu.br - <https://orcid.org/009-0007-8235-461X> .

⁴ Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento. Doutora em Arqueologia pelo Museu Nacional – UFRJ. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil. E-mail: analage@ufpi.edu.br - <https://orcid.org/0000-0002-6953-4065>.

Recebido em 01/06/2024 e aceito para publicação em 02/09/2024.

La memoria como patrimonio cultural: alteridades y narrativas sobre el sitio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos, Piauí

Resumen: En este trabajo utilizamos la oralidad para verificar las relaciones de pertenencia y memoria como forma de salvaguardar el patrimonio cultural, en la comunidad en la zona del Sitio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos. El Sitio está ubicado en el municipio de São João do Piauí, en el área del Parque Nacional Serra da Capivara, Nordeste de Brasil, y posee una diversidad de restos arqueológicos como urnas cerámicas que contienen entierros humanos datados por radiocarbono entre 450 Y 140 cal. años antes del presente, es decir, cuatro siglos pasados, además de artefactos líticos lascados y pinturas rupestres. Los relatos de Doña Isidória y miembros de su familia, dueños del terreno donde fue registrado el Sítio, hacen referencia a su identificación como pueblo indígena y descendiente de los grupos humanos allí enterrados. Transcribimos las impresiones de estas personas sobre las materialidades del pasado y del presente. Un hecho que, en cierta medida, configura su memoria social e identidad cultural y ayuda a preservar el patrimonio arqueológico local.

Palabras clave: Educación Patrimonial Decolonial; Historia Oral; Memoria; Identidad Cultural; Patrimonio cultural.

Memory as cultural heritage: alterities and narratives about the Toca da Baixa dos Caboclos archaeological site, Piauí

Abstract: In this work, we use orality to verify the relationships of belonging and memory as a way of safeguarding cultural heritage, in the community in the area of the Toca da Baixa dos Caboclos archaeological site. The site is located in the municipality of São João do Piauí, in the Serra da Capivara National Park area, Northeast of Brazil, and has a diversity of archaeological remains such as potteries containing human burials dated by radiocarbon from 450 to 140 cal. years before the present, that is, four centuries past, in addition to stone tool lithic artifacts and rock paintings. The stories told by Dona Isidória and members of her family, owners of the land where the site was registered, refer to their identification as indigenous people and descendants of the human groups buried there. We transcribe these people's impressions of the materialities of the past and present. A fact that, to a certain extent, shapes its social memory and cultural identity and helps to preserve the local archaeological heritage.

Keywords: Decolonial Heritage Education; Oral History; Memory; Cultural Identity; Cultural heritage.

A memória enquanto patrimônio cultural: alteridades e narrativas sobre o Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos, Piauí

Introdução

Este trabalho é parte da pesquisa de dissertação de mestrado da primeira autora, intitulada: "*O que nos dizem os Mortos? Aspectos alimentares inferem modos de vida*

dos povos pretéritos na Serra da Capivara" defendida no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 2017. O objetivo deste trabalho foi aplicar a abordagem da história oral

como estratégia de uma Educação Patrimonial Decolonial junto à Comunidade vivente no entorno do Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos, de modo a reafirmar sua memória e identidade na preservação do patrimônio arqueológico e cultural.

De acordo com a Portaria IPHAN nº 137, de 28/04/2016, que estabelece diretrizes de Educação Patrimonial e das Casas do Patrimônio, entende-se como Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que visam à proteção do patrimônio cultural socialmente apropriado, por meio da compreensão sociohistórica, de valorização e de preservação das referências culturais. As ações educativas devem primar pela participação dos agentes comunitários, detentores e/ou produtores dessas referências, estimulando sua comunicação, de modo a associar a preservação dos bens culturais a seus locais e territórios e às suas conexões simbólicas e afetivas.

O Art. 6º da Carta Patrimonial de Lausanne (ICOMOS/ICAHM, 1990) indica que a conservação do

patrimônio arqueológico *in situ* deveria ser uma ação prioritária. E aconselha sua preservação e gestão igualmente por parte da população local.

Reiterando as diretrizes do IPHAN, as ações educativas acerca do Patrimônio Cultural devem priorizar a construção coletiva e democrática dos saberes, estimulando o diálogo constante entre os agentes culturais e sociais, com a participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras de tais referências culturais (Florêncio; Clerot; Bezerra; Ramassote, 2014).

O Patrimônio Cultural, no entanto, é visto como um campo de conflito, como afirma Gilberto Velho (2006), pelas diferenças inerentes à sociedade complexa moderno-contemporânea, com seus múltiplos segmentos e tradições culturais. De modo que, cada ator social se posicionará de modo diferente em relação à política de proteção e preservação cultural e ambiental. Esse embate é palco de discussão desde a criação do IPHAN (SPHAN), na década de 1930, e cuja postura em relação às referências culturais começa a se remodelar no final da década de 1970 e início dos anos 1980, com a participação de grupos e

comunidades em contraponto a uma hegemonia cultural nacional. Na década de 1990, incorpora-se o termo Educação Patrimonial provindo da Inglaterra, mas ainda seguindo o viés colonialista das práticas educativas voltadas ao patrimônio cultural (Fonseca, 2005; Chagas, 2013; Tolentino, 2018).

No final da década de 2000, sob a perspectiva da desconstrução das práticas colonialistas-capitalistas em relação ao patrimônio cultural brasileiro, Santos e Menezes (2009), Tolentino (2018) defendem as "Epistemologias do Sul". Este paradigma revela uma nova forma de concepção da produção de conhecimento e da horizontalização dos saberes, entre os centros universitários e os grupos sociais subalternos e oprimidos, ou seja, a incorporação de um pensamento pós-abissal (Santos, 2009; Walsh, 2009). Neste sentido há um confronto entre a monocultura da ciência moderna, detentora do saber e a ecologia de saberes, de modo a validar os múltiplos conhecimentos sociais (Santos; Menezes; Nunes, 2004; Tolentino, 2018). A construção de inventários participativos surgiu em

2007, como modo de romper com a hegemonia e contribuir com a Educação Patrimonial Decolonizadora (Walsh, 2009) afirmando a legitimidade de diferentes grupos sobre a noção de Patrimônio Cultural.

A partir desse ponto, a pessoa ou grupo passa a relatar suas memórias e transmitir suas emoções e vivências que podem e devem ser compartilhadas ao longo do tempo. A experiência vivida transforma-se em memória, agindo assim, como uma ferramenta contra o esquecimento (Gomes, 2007). A memória deve ser observada como fenômeno coletivo e social, construída coletivamente e submetida a mudanças constantes. A memória individual é uma memória construída socialmente e a memória social é a manifestação coletiva da memória de um grupo ou sociedade (Halbwachs, 1990).

Segundo Vygotsky (1999), a construção do indivíduo só é possível em sociedade. E essa construção ocorre por meio do desenvolvimento histórico e cultural, buscando suas alteridades. A memória de um indivíduo é, em parte, herdada, como afirma Pollak (1992, p.4), já que não se refere apenas à vida física da

pessoa, mas também sofre flutuações temporais em que ela é articulada e está sendo expressa, e sobre como podem ser estruturadas, de forma individual e/ou coletiva, ainda que esta última seja bem mais organizada. Logo, o passado não se conservaria, não obstante se reconstruísse no presente (Halbwachs, 1990). Essa premissa resulta interessante do ponto de vista da validação das pesquisas em história oral como fonte de memória e de patrimônio.

Existe uma estreita relação entre a memória herdada e o sentimento de identidade, individual e coletiva. Portanto, a memória sendo construída a documentação também seria, seja ela de fontes orais ou escritas (Pollak, 1992).

A noção de identidade cultural está intimamente associada à construção social, onde as relações de poder estão presentes e contribuem para a autoafirmação e pertencimento de indivíduos ou comunidades, suas origens, ancestralidades, histórias e narrativas populares (Santos, 2019). As identidades se constroem a partir de três origens: a) a identidade legitimadora, criada pelas instituições para racionalizar os atores sociais

envolvidos; b) a identidade em contexto de dominação, onde os atores sociais procuram resistir ao caráter autoritário de dominação dado pelas instituições e; c) identidade de projeto, cujos atores sociais usam recursos de seu espaço simbólico na reconstrução da sociedade (Castells, 1999).

Esse artigo tem como objetivo principal abordar as memórias, impressões e vivências das pessoas que habitam atualmente o entorno do Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos-PI, por meio da oralidade, atestando sua contribuição às pesquisas arqueológicas. Dessa forma, poder integrar os relatos orais das memórias coletivas transcritos pode se somar às práticas educativas nos processos de patrimonialização de bens arqueológicos, como um projeto de caráter político-social e identitário (Davallon, 2015; Tolentino, 2018).

A ocupação humana secular no Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos

A compreensão ambiental do Sítio Toca da Baixa dos Caboclos (Foto 1) nos permite uma visão mais ampla sobre a sua ocupação pretérita.

O abrigo sob-rocha faz parte do enclave⁵ arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara, estando envolvido pelo grande escarpamento de rocha arenítica e avermelhada, que marca o limite da Chapada. O entorno do Sítio é atualmente ocupado por cultivo de feijão, milho, abóbora e mandioca (Leite, 2011). Nos locais não ocupados pelas roças, a vegetação é arbustiva, composta de catingueira (*Caesalpinia pyramidalis* Tul.), jurema branca (*Piptadenia stipulacea* Benth.), cabeça-de-frade (*Melocactus bahiensis* (Britton & Rose) Luetzelb.), mandacaru (*Cereus jamacaru* DC.), juazeiro (*Ziziphus joazeiro* Mart.) e uma plantação de capim de corte (*Panicum* spp.), vegetação esta conhecida até pela Janaína⁶, uma criança de cinco anos de idade, que reside frente ao Sítio arqueológico e já considera a área como o local dos antigos caboclos, seus possíveis e afinizados antepassados indígenas.

⁵ Enclave, de acordo com Martin, 2013, p. 89, consiste em um conjunto de áreas arqueológicas

⁶ Janaína é bisneta da Dona Isidória e mesmo sendo criança (cinco anos à época da entrevista) possui conhecimento sobre as plantas usadas como alimentícias e medicinais pela comunidade local.

Foto 1- A paisagem cultural recente do Sítio Toca da Baixa dos Caboclo



Fonte: Luzia Policarpo (2017)

As intervenções arqueológicas que ocorreram no sítio foram realizadas em duas etapas, entre os anos de 1996 e 1998. O Sr. Gervásio Lopes da Silva (*in memoriam*), esposo de Dona Isidória, encontrou alguns remanescentes ósseos humanos descobertos na superfície do abrigo por ações dos animais e comunicou à FUMDHAM sobre os enterramentos “de gente”. Uma equipe de arqueólogas realizou uma visita ao local e detectou um desmoronamento da parede da escarpa provavelmente pela erosão das águas pluviais, o qual havia lixiviado o solo superficial e evidenciando o crânio e a epífise proximal de fêmur de um dos nove indivíduos ali enterrados. Os esqueletos sofreram deposição secundária em urnas cerâmicas e seus acompanhamentos funerários (arco e

flecha de madeiras e fibras vegetais). Os remanescentes humanos incluem um “caboclinho” mumificado. Também foram recuperados artefatos líticos, fogueiras e pinturas rupestres (Guidon; Vergne; Vidal, 1998; Leite, 2011, Carvalho, 2019). Os esqueletos humanos foram datados pelo método de carbono 14 e apontam idades entre 550 e 140 anos (calibrados) antes do presente (Freitas; Leôncio; Carvalho; Nascimento; Chaves, 2022).

Em termos de paisagem e uso da terra, os microvestígios de plantas e isótopos de carbono e nitrogênio recuperados dos enterramentos apontam uma alimentação mista à base plantas e animais de médio porte e o uso de plantas farmacológicas e ritualísticas, como o ouricuri (*Syagrus*), a aroeira (*Schinus*), o pequi (*Caryocar*), o juazeiro (*Ziziphus*), a

malva-benta (*Sida*), os angicos (*Piptadenia*, *Anadenanthera*) e as juremas (*Mimosa*, *Acacia*) e plantas cultivadas, como o milho (*Zea mays*), a batata-doce (*Ipomoea batatas*), a mandioca (*Manihot* sp.) e as pimentas (*Capsicum* sp.) (Carvalho, 2019; Freitas; Leôncio; Carvalho; Nascimento; Chaves, 2022).

O Sítio arqueológico, usado no passado como área de habitação e espaço sagrado para enterrar os entes queridos de antigos grupos humanos, foi ocupado ao longo dos últimos quatro séculos. A área encontra-se relativamente bem preservada ao longo do tempo. Estas ocupações humanas são contemporâneas ao período da invasão europeia, uma vez que o Sudeste do Piauí teve sua colonização tardia, no final do século XVII e início do século XVIII, pelos sertanistas provenientes do rio São Francisco, que resultou na dispersão de muitos povos indígenas. Na segunda metade do Século XVIII, com a expulsão dos jesuítas do Brasil ocorreu a expansão das fazendas de gado e o etnocídio indígena.

As informações etnohistóricas indicam as seguintes etnias indígenas para o Piauí colonial: Gê, Tupi-

Guarani, Caribi, Cariri, Kamakã, Acroá, Tremembé, Guêgue, Timbira, Jaicó, Tabajara e Pimenteira. Cada etnia era dividida em nações, e cada nação em diversas 'tribos' totalizando 211 em todo o Estado (Medeiros, 2002). A região Sudeste do Piauí, entre o rio Piauí, que abrange os municípios de Caracol, São Raimundo Nonato e São João do Piauí, foi ocupada na metade do século XVIII e primeira metade do século XIX pelas fazendas de gado. Este fato ocasionou muitas guerras entre os povos indígenas, designando os "Pimenteira" como os "últimos" povos nativos do sertão do Piauí (Oliveira, 2007). Registra-se no século XVIII, em 1776, que a área de estudo foi ocupada pelos povos indígenas Pimenteira, sendo esses afugentados por João do Rego Castello Branco, conhecido vulgarmente como "o matador de índios", cujo etnocídio na região durou dez anos (Oliveira, 2007). No século XIX, a propriedade onde se localiza o Sítio arqueológico era de posse de um vaqueiro que "capturou" uma indígena para ser sua esposa. Essa mulher vem a ser a avó materna de Dona Isidória⁷, que nos relata esses

⁷ Dona Isidória, 79 anos (em out/2017), é proprietária e herdeira das terras onde foi registrado o Sítio arqueológico.

fatos adiante. Atualmente, as terras do Sítio arqueológico pertencem à família de Dona Isidória.

Em relação às práticas culturais, sabe-se que os indígenas Kamakã, que habitavam a Serra da Capivara, praticavam enterramento secundário em urnas funerárias de cerâmica (Oliveira, 2007, p. 54). Os Pimenteiras fabricavam sua cerâmica e usavam cabaças, aiós (caroá) e outras plantas para trançar fibras e produzir redes, esteiras, material construtivo, armas como o arco e a flecha. Eles dominavam as técnicas de agricultura nas roças de plantio com seus machados de pedra plantando "legumes de caroço em terrenos férteis". Os Pimenteira tinham como prática funerária o enterramento secundário de seus mortos em urnas cerâmicas (Oliveira, 2007).

Reflexões teóricas e metodológicas sobre história oral

As fontes orais como memória coletiva

Nas pesquisas em história oral é comum o contato com a comunidade detentora do patrimônio cultural, por suas estreitas relações de territorialidade e afetividade de caráter

preservacionista. Os dados fornecidos sobre os sítios arqueológicos são, em sua maioria, derivados de dados da cultura material, resultantes das escavações e prospecções realizadas. Não obstante, a informação oral e relatos de memória possuem grande relevância nos casos de sítios ou áreas arqueológicas ocupados em tempos recentes, por estarem presentes na memória das pessoas e de seus antepassados, e por serem reconhecidos historicamente por estas populações (Orser, 1992).

A história oral no contexto arqueológico promove uma aproximação entre os profissionais em arqueologia e as comunidades, por meio dos relatos e fontes orais por elas expostas, evidenciando a experiência pessoal cotidiana dos indivíduos em relação à cultura material associada a estes locais (Borba; Almeida; Bandeira, 2015).

As entrevistas coletadas nesta pesquisa se embasaram no método da história oral com o objetivo de produzir informações tendo como base a memória coletiva (Alberti, 2010), partindo da visão de que a comunidade possui relação de identidade com esses antepassados e

a simbologia do espaço fúnebre como herança cultural ao longo de tempo. Com o objetivo de coletar algumas informações e registrar as memórias relevantes para este levantamento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três pessoas residentes da área do Sítio arqueológico, devidamente autorizada pelas mesmas, para fins de divulgação, via termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), primando pelos relatos de Dona Isidória, a matriarca e anciã da comunidade. Estas pessoas possuem uma forte relação de memória e identidade com os grupos humanos que ali viveram em tempos passados.

A história oral como fonte da memória e identidade cultural: os dados obtidos

Para o registro das informações orais, solicitamos uma entrevista com a Dona Isidória (79 anos, em out/2017), proprietária das terras onde foi localizado o Sítio arqueológico e viúva de Seu Genésio, que hoje vive no perímetro urbano de São João do Piauí (Foto 2). Quando a encontramos pela primeira vez, ela estava sentada em sua cadeira de balanço, possuía

expressão de aconchego e delicadeza. Exibiu simpatia e marcas de expressão que intuíram muitas histórias vividas. E como a mesma se auto-intitula: uma indígena em carne e osso. A conversa com a Dona Isidória Maria de Jesus foi introduzida com o questionamento sobre a história do seu local de moradia (Sítio arqueológico) e sobre seus antepassados:

A minha bisavó era cabocla⁸, ela foi pega com cachorro no mato, eu tenho sangue de caboclo, minha vó contava que a mãe dela foi pegada de cachorro na mata e foi obrigada a casar com um negro, vaqueiro. Ela teve um monte de filhos, perdeu os costumes dela, porque ele era muito ruim, judiava com ela, muito ruim. Ela sofreu muito nas mãos desse marido. Daí teve uma família grande e era todo mundo da roça, quando tinha anos bons de chuva, era muita fatura lá, plantava tudo e tudo dava, muito feijão, milho, melancia (Jesus, 2017, p. 3).

⁸ Indígena que habitava a região durante a ocupação colonial para instalação das fazendas de gado no Séc. XVIII.

Foto 2- Entrevista com Dona Isidória Maria de Jesus (79 anos)



Fonte: Aline Freitas (2017)

A história inicia-se com os relatos orais de seu parentesco “indígena” e sua relação simbólica e afetiva aos enterramentos humanos em suas terras. Ela os percebe como seus antepassados, e se orgulha disso. As histórias narradas por Dona Isidória fizeram sentido inclusive para

responder problemas científicos sobre análises químicas de sal presente em uma das urnas funerárias. Ela continuou a nos contar a história de sua bisavó que foi capturada naquela área, há pelo menos um século, e ela respondeu de forma simples e com uma

expressão triste,
de revolta:

Ela foi pega na mata, por ali mesmo, se perdeu do bando dela e eles pegaram ela e não soltaram mais. Os outros caboclos foram embora dali. Daí ela aprendeu a conversar com eles ... (Jesus, 2017, p. 3)

Depois de nos contar, ela parou um instante como se estivesse pensando no evento, e ressaltou sua origem, seu "sangue caboclo" e que não concordou com a escavação arqueológica realizada no Sítio Toca da Baixa dos Caboclos. Disse que não concordava com o resgate dos esqueletos humanos porque eram seus antepassados, seu sangue, sua gente, e ali era um local sagrado. O cemitério era deles e que não deveriam ter mexido lá, não deveriam tê-los retirado de seu local sagrado:

Lá era o cemitério dos caboclos, lá onde eu morava, lá não era para mexer não, não era para apanhar não, porque os caboclos corre o sangue aqui na minha veia, eles podem deixar o sítio lá, o cemitério deles lá, sem ninguém mexer, tudo enterrado em nove pote, eles eram enterrados dentro de um pote. Eles cortavam "junta" por "junta" e botavam dentro de um pote (Jesus, 2017, p. 5).

Foi possível observar que sua indignação foi em relação à alteração

do contexto funerário, com relação aos indivíduos enterrados, os remanescentes ósseos em si, uma vez que a relação de sua família com os enterramentos tratava-se de uma relação de respeito, de laços familiares, de visão ancestral e parte dos seus antepassados, preferindo assim, a manutenção das estruturas funerárias no espaço sepultado, o que não ocorreu. O processo da escavação arqueológica, para retirada dos sepultamentos, ocorreu em duas etapas, nos anos de 1996 e 1998, como mencionado anteriormente. Ambos foram realizados sem o seu consentimento, autorizado apenas por seu esposo, que na época era vivo e acompanhou de perto os trabalhos. Dona Isidória preferiu não acompanhar a escavação porque lamentava a retirada de seus "antepassados" do local que eles escolheram para depositar seus entes queridos após a morte, considerado um lugar sagrado. Ela disse:

Os meninos lá de casa foram. Eu não porque eu era contra. O último que encontraram era uma criança. Como vão ao cemitério e arrancam o corpo deles lá, da gente, isso aí é a mesma coisa que eu, porque eles são brabos, mas como o sangue corre em minhas veias, eles podem ficar aí,

podem deixar eles aí (Jesus, 2017, p. 7).

Enquanto Dona Isidória relatava sua expressão era de tristeza. Ela parou de falar e ficou pensando... olhando para o lado de fora da casa, onde havia apenas uma vegetação rasteira. Perguntamos sobre os donos dos potes? Ela não hesitou e respondeu em seguida, com uma certeza no olhar:

É; aqueles caboclos eram "Xavante" né, eles eram "Xavante", aqueles das costas largas, pois eles eram. Agora eles tavam lá nas pedras, assim debaixo de uma gruta, onde fica lá atrás, eles faziam um buraco na pedra para aparar a água das chuvas durante a seca, aí usavam a água que escorria e ficava represa no buraco, tinha também um buraco onde botavam sal, só sal, não sei pra que era, porque eles não comiam sal, caboclo não comia sal (Jesus, 2017, p.4).

Ainda que essa afirmação não possua caráter científico, a transmissão do conhecimento tradicional sobre os povos indígenas que viveram há poucos séculos no local resulta bastante interessante. São informações que podem ser confrontadas aos dados etnográficos.

Na oportunidade questionamos se na região ou no platô da Chapada

São Francisco havia qualquer outro registro das atividades de grupos humanos, pois nos resumíamos à área de ocupação do Sítio, onde foram recuperados as urnas funerárias e os enterramentos humanos. Dai, Dona Isidória comentou:

Tem! lá tem um poço de treze palmos. Quando estava cheio de água sumia qualquer pessoa, lá só saia se alguém tirava. Nós ainda alcançamos esse poço quando eles (os índios) saíram...o poço na laje que eles abriram, quando eles saíram entupiram quase todos (Jesus, 2017, p. 5).

A referência que ela faz ao poço, na verdade, trata-se de cacimbões feitos na rocha arenítica, usado para diversas atividades cotidianas, como ela mesma esclareceu:

Era um caldeirão, era onde eles despejavam a água. Nós achamos ainda um lugar onde *e/e* (o índio) cavou. Era feito na laje, não sumia um pingo d'água, até hoje... foram eles que fizeram, ali não foi Deus que fez, foi eles. Pra beber né?! Para armazenar água. Esses negócios que ... como vocês chamam (fazendo um gesto arredondado de urnas)? Eu - Urnas. Dona Isidória continuou... Esses potes, as urnas, *eles* faziam com essa água. Amassava aquele barro e fazia aqueles "potão". O que iam morrendo eles iam colocando ali dentro, cortadinho junta por junta (Jesus, 2017, p. 7).

Aproveitando o conhecimento de Dona Isidória sobre as práticas culturais que já ressalta o caráter identitário local, perguntamos sobre a utilização dos potes cerâmicos, na tentativa de relacioná-los às urnas funerárias recuperadas do Sítio:

Não, aqueles potes eram só para colocar os mortos mesmo. Eles comiam era cru, sem sal. Ali era só para colocar os mortos. Quando eles acabavam de colocar nos potes eles enterravam. Ali era tudo enterrado, tudo... ali ninguém via pote não, só deu fé porque os bichos foram cavando, a cabeça ficou de fora e eles puxaram, mas ninguém sabia o que era que tinha debaixo não. Mas eles usavam para outras coisas, botar água, não para cozinhar. Eles gostavam mais cru. Minha filha achou um desses potes e levou pra casa e não conseguia sossegar...vendo coisas. Até eu fazer ela devolver. Pra levar foi um peso absurdo, para devolver era como uma pena, mandei enterrar e cobrir. Virou ilusão, ninguém acha mais (Jesus, 2017, p. 8).

O solo superficial do Sítio possui matriz arenosa, com certo teor silte e argila variando do cinza claro a marrom escuro nas áreas distais dos enterramentos e avermelhadas no paredão, sem fontes constantes de argilas nas cercanias. Questionamos de onde poderia ter sido coletada a

argila usada para fabricação e Dona Isidória sorriu de forma irônica, com a resposta em forma de pergunta:

Quem é que sabe? (risos e ar de dúvida) isso ninguém sabe né! Ninguém sabe... (baixou a cabeça pensando). Mas de algum lugar eles tiravam que faziam as urnas deste tamanho (gestos). Mas eles usavam a água e faziam esses potes. E eles faziam os potes bem feito. Lá era só eles que moravam até lá na terra lá de cima (se referindo ao platô), tem potes lá, ainda tem pote lá, *eles* (os filhos dela) pegaram um desses potes lá, daí *eles* (os índios - espíritos) fizeram deixar lá de novo, enquanto não deixaram lá *eles* (os índios - espíritos) não deixavam ninguém dormir lá em casa, tinha que deixar *ele* (o pote) lá, onde está até hoje, ainda hoje *ele* está lá. Este pote lá meu filho pegou e levou pra casa. Estava cheio de água lá em casa, mas aí tiveram que ir deixar lá onde acharam, era um pote grande, bem feito, grande, redondo e todo desenhadinho, por dentro era um pote normal, enquanto ele estava lá ninguém tinha sossego não, *eles* (índios) não deixavam não. Pra levar pra casa quase não coloca na cabeça, pra deixar lá de volta era uma pena. Lá na área também tinha um machado de pedra, bem bonitinho, daí um amigo do meu tio pediu, "*me vende ele e tal*". Aí levou esse machado por quinze reais e nunca mais. Lá perto tinha uma gruta deles cheia de desenho nas paredes, mas foram inventar de ir pra lá, quando iam andando caiu uma pedra grandona, fechou a entrada, pronto, ninguém entra mais lá (Jesus, 2017, p. 8).

No sítio é possível observar várias pinturas rupestres da tradição geométrica⁹. Uma das pinturas chama atenção por ser contínua e apenas apresentar traços paralelos na vertical com coloração vermelho escuro. Durante a entrevista, a Dona Isidória comentou algo que nós, profissionais em arqueologia, não havíamos imaginado, e foi exatamente o que ela esclareceu quando perguntamos se, na opinião dela, ainda havia mais enterramentos no abrigo:

Lá ainda hoje tem. Ainda hoje tem caboclo enterrado lá, eles faziam nas pedras os riscos da quantidade de pessoas que tinham enterrado lá. Ainda hoje tá lá, você pode ver. Tem uns riscos assim (*gestos verticais*). Ainda hoje tem pote lá de caboclo. Foram tirada uns, foram sete ou oito. A última era uma criança. Não sei se eles fizeram tudo (Jesus, 2017, p. 8).

Ela se referia ao enterramento nove, o último a ser escavado e que, por ser uma criança em fase de amamentação com excelente preservação (mumificação), lhe dava revolta vê-la retirada de seu cemitério. Ainda questionamos a possibilidade de

⁹ De acordo com Martin (2013, p.285) são as pinturas ou gravuras descritas como abstratas, simbólicas, esquemáticas e/ou também geométricas.

ela visitá-la no Museu do Homem Americano (FUMDHAM), tendo respondido de forma incerta:

Tenho até vontade de ver, mas ... (*suspira*) lá só entra quem paga, agora ele (seu Genésio) (*olhando a foto dele*), ia passar lá sem pagar, nós da comunidade entrava sem pagar. Lembro que as urnas quando foram tirar se quebraram com eles dentro (Jesus, 2017, p. 9).

Naquele momento insistimos na possibilidade de ela ir ao Museu para visitá-los e ver como eles estavam preservados, mas percebemos que era mais difícil para Dona Isidória aceitar a ideia de que alguns deles estarem à vista (na exposição) e outros guardados (no acervo), mesmo sabendo que todos estão em lugar seguro. Ela falou:

É ... podia (*pensativa e com tom de ironia*). Falaram que se eu quisesse ir ver, né. Mas... o Museu na Serra da Capivara é em São Raimundo né, eu fui lá em São Raimundo um tempo desse né, mas não gostei muito de São Raimundo não, agradeço (Jesus, 2017, p. 10).

Assim, ela encerrou a entrevista, lembrando que já eram 15h e ainda tínhamos que ir ao Sítio Toca da Baixa dos Caboclos, que se localiza na Zona Rural. Durante o percurso, o Sr. Raimundo (Foto 3), filho da Dona

Isidória e Pai da Leinha, esclareceu como foram identificados os enterramentos, em 1996:

Eu estava com meu irmão atrás dos bichos, que fugiam de tarde lá pra cima do morro. Quando eu avistei foi aquele negócio parecendo uma cabeça, e os bodes lambendo. Quando cheguei perto vi que era um crânio de gente. Peguei, com meu irmão, sabe que menino não é gente, e levamos pra casa. Sabe aquela árvore perto do Sítio? próximo da casa de minha irmã? Pois é, pendurei a cabeça lá num galho que estava seco, e deixei lá. Quando mostrei a minha mãe ela brigou, disse para nós devolvermos, mas... menino

né! Deixei lá. Pois de noite, começou a acontecer coisas estranhas, ouvia vozes dizendo para devolver o crânio, terra caindo na casa, quando abrimos a porta e olhamos, a caveira estava acesa, com uma luz azul dentro, dava medo, muito medo... (respirando fundo). Ele não deixava ninguém dormir na casa, parecia que a casa estava cheia de gente andando a noite toda. Quando foi de manhã, minha mãe fez nós devolvermos, daí acabou tudo, não ouvimos mais nada. Aquele lugar é especial pra mim, sinto uma coisa diferente lá, apesar que depois que meu pai morreu e enterramos no terreno lá perto, não gosto mais de andar lá (Silva, 2017, p. 9)

Foto 3- Entrevista com Sr. Raimundo Gomes da Silva (40 anos), filho mais velho de Dona Isidória nos indicando o caminho para o Sítio arqueológico, em seu quintal



Fonte: Luzia Policarpo (2017)

As conexões simbólicas e afetivas na preservação do patrimônio arqueológico

Dadas as fontes orais com a comunidade do entorno do Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos nota-se a carga simbólica que o mesmo representa enquanto lugar de memória e a noção de pertencimento dessas pessoas em relação a seus ancestrais indígenas, que viveram conflitos com a chegada do colonizador branco. É um lugar que guarda "seus mortos" e com eles as memórias do passado que ainda perduram nas lembranças populares. A autoidentificação das pessoas com os grupos indígenas do passado histórico denota a ideia de identidade cultural daquela pequena comunidade.

Davallon (2015) reforça que, a patrimonialização precisa produzir um saber e uma conexão acerca do objeto a ser patrimonializado, atribuindo a ele um caráter simbólico que possa permear o passado, o presente e o futuro, como uma materialidade portadora de significação.

As informações de memória coletiva coincidem com os aspectos da paisagem ocupada e uso da terra nos últimos séculos, observadas nos

vestígios arqueológicos submetidos às análises de restos microscópicos de plantas (i.e., grãos de pólen, fitólitos, grãos de amido). Estes elementos nos informam as condições do clima, da paisagem e do uso, manejo e cultivo de plantas por pessoas do passado (Carvalho, 2019; Freitas; Leôncio; Carvalho; Nascimento; Chaves, 2022). Desse modo, as informações orais são fundamentais para complementar as pesquisas arqueológicas, tendo como ponto de partida a memória social construída sobre determinadas paisagens e culturas.

As narrativas memoriais dos moradores sobre os objetos arqueológicos ampliam os laços entre o passado e o presente, de modo a considerar a arqueologia da memória e do afeto das pessoas vivas e sua carga simbólica enquanto meio de patrimonialização, ainda que muitas vezes é considerada ilegítima, do ponto de vista preservacionista (Bezerra, 2017).

O fato dos moradores do local do Sítio terem guardado em suas casas, ainda que por pouco tempo, os achados arqueológicos demonstram uma estreita afinidade e relação afetiva que remonta uma memória

social com o passado histórico e/ou arqueológico. Este ato representa a construção de outras relações para a arqueologia, sobretudo na forma de apropriação do patrimônio arqueológico e de sua problematização em relação à sua preservação (Holtorf, 2012; Bezerra, 2017).

Pôde-se perceber que mesmo entre eles e especificamente entre o casal, a Sra. Isidória e o Sr. Gervásio Lopes da Silva, não houve consenso quanto ao que deveria ser feito em relação aos remanescentes ósseos humanos encontrados em sua propriedade. Para a Sra. Isidória esse fato lhe trouxe desolação, pois mesmo que as arqueólogas se colocassem à disposição para levá-la até à Reserva Técnica da FUMDHAM para que ela pudesse ver como os esqueletos humanos encontravam-se acondicionados, ela nunca se dispôs a ir. Não seria a mesma coisa que deixá-los sossegados onde estavam. Para ela, os restos mortais dos seus antepassados deveriam ter permanecido no local do seu enterramento. Um dilema entre a ciência, a memória e a tradição, o que

equivale dizer entre as pesquisadoras e a comunidade.

Compreendemos ainda que, a memória coletiva é um mecanismo importante na salvaguarda de informações do passado, a respeito de locais de memória e de identidade (Alberti, 2004). Observando o texto de Delgado (2009) é possível estabelecer uma discussão sobre o tempo, notando-se que esse é um movimento de múltiplas faces, pois permite observar as características e ritmos de como as memórias são passadas às gerações futuras e inseridas como simbologia à vida humana. Através da memória se transmite não só o conhecimento, como também se fortalece a ideia de patrimônio e de valorização da identidade cultural que sobrevive às gerações.

Essa percepção dos costumes e simbologias que resistem ao tempo, sejam elas relacionados a coisas ou pessoas, permitem também, o conhecimento dos valores culturais que levam à preservação dos bens de natureza tangível e intangível, mantendo viva a memória de uma determinada comunidade. O conhecimento dos valores do patrimônio arqueológico e cultural,

quando passa a ter reconhecimento, consente o estabelecimento de uma relação de identidade, partindo dessa perspectiva, a preservação será a consequência (Delgado, 2009).

Além disso, as heranças culturais, sejam elas consideradas patrimônio e relacionadas aos bens materiais ou imateriais (memórias) podem ser aproximadamente resumidas se forem observadas como um complexo que inclui valores, costumes, crenças e práticas cotidianas que constituem o modo de vida de um determinado grupo cultural específico, seja ele pretérito ou não. É a herança cultural que forma todo o complexo, como citada por Ferreira (2012, p. 2) afirmando que a herança cultural "inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo ser humano como membro de uma sociedade e que são atribuídos a outras gerações".

Este raciocínio implica, sobretudo, em: rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades,

descontinuidades e sensações, tudo isso pode ser compreendido como a demora, a lentidão, ou a rapidez em que se passam os anos e a simbologia do espaço ou das coisas que nele estão e permanecem ali (Meihy, 2002). Tudo ocorre como parte de um processo em eterno curso e em permanente devir, como acontece, por exemplo, as lembranças de uma família sobre os acontecimentos simbólicos de um determinado local, que irão possuir muitas representatividades, que vão se perdendo ou se transformando com o passar dos anos e, apesar disso, continuam lá (Bosi, 1987).

Caminhos para uma Educação Patrimonial descolonizadora

A Educação Patrimonial realizada com a comunidade do Sítio Toca da Baixa dos Caboclos incluiu o método de abordagem da História Oral como proposta inclusiva da comunidade enquanto agentes da salvaguarda do patrimônio arqueológico local (Foto 4).

Foto 4- A família de Dona Isidória e nossa equipe de trabalho no Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos-PI



Fonte: André Araújo (2017)

A proposta de descolonizar as ações educativas é trazer à tona o pensamento comunitário e suas percepções sobre o patrimônio arqueológico que aflora em seu território. É promover a investigação participativa em contextos locais e o reconhecimento dos saberes tradicionais a fim de produzir um pensamento crítico coletivo e ampliar o espectro das representações culturais,

por meio da arqueologia relacional (Gnecco, 2009).

Porém, os registros da memória em sítios arqueológicos são em sua maioria deixados de lado, consideradas como 'histórias de caboclos', ou, sem tanta importância. Estar atentos a essas nuances potencializa as nossas pesquisas. Mas, é bom lembrarmos que a memória dura o tempo de uma única vida, em certos casos. Ela é sempre

fugaz. Quando desaparece uma pessoa mais velha do nosso ciclo de parentesco e amizade perdemos uma gama de conhecimentos e de memórias particularmente. Entre os povos tradicionais, um ancião é como uma biblioteca, é um guardião, uma guardiã dos saberes (Santos; Sousa, 2020).

As informações orais podem ser confrontadas aos dados etnográficos e paleobiológicos, a fim de se estabelecer (ou não) as afinidades genéticas entre populações do passado e do presente. Não obstante, nós profissionais da arqueologia estamos a serviço da preservação da memória e do patrimônio cultural. Dessa forma "é possível interpretar que na esteira da arqueologia pública os relatos orais, as lembranças, as memórias configuram-se como elementos que dão sentido ao artefato, isto é, ao patrimônio arqueológico" (Costa; Costa; Pacheco, 2015, p. 3).

Considerações finais

Conforme a Portaria IPHAN n° 196/2016, existe uma série de protocolos estabelecidos para a conservação de bens arqueológicos tombados, incluindo a política de

acervos *ex situ* reforçada pela Carta Patrimonial de Lausanne (ICOMOS/ICAHM, 1990). No entanto, ainda não existe a instrumentalização legal para a conservação destes bens arqueológicos *in situ*. Neste caso, a política pública educacional representa um viés de extrema importância para a salvaguarda dos bens arqueológicos do Sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos-PI, depositados, em sua maior parte, no Museu do Homem Americano (FUMDHAM), não tendo sido requerido até o momento por parte da comunidade detentora deste patrimônio.

Por meio da tradição oral como instrumento de memória social e coletiva foi possível mapear as conexões simbólicas e afetivas entre os membros da comunidade do Sítio Toca da Baixa dos Caboclos e os bens arqueológicos ali depositados.

A Educação Patrimonial praticada junto à comunidade responde aos contextos socioculturais de inclusão e da gestão participativa (universidade, comunidade, poder público), uma vez que estes membros são agentes que podem atuar efetivamente nas políticas de salvaguarda do patrimônio cultural

local. Essas ações educativas incluíram a percepção do potencial de preservação dos bens arqueológicos *in situ* pela participação cidadã, de modo a sensibilizar os indivíduos e estimular suas relações identitárias e práticas sustentáveis, como o turismo de base comunitária e o fortalecimento da memória, do patrimônio e consequentemente da territorialidade.

Conforme enfatiza Tolentino (2018), em tempos de avanço do neoliberalismo resulta importante e desafiadora uma política pública voltada para Educação Patrimonial Decolonial e pós-abissal enquanto projeto político-social e ético.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p.155-202, 2010.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BEZERRA, Marcia. *Teto e Afeto*: Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. Belém: GKNoronha, 2017.

BORBA, Fernanda M., ALMEIDA, Graciele T., BANDEIRA, Dione R. *História Oral e Arqueologia*: Possibilidades e Limites das Fontes Oraís na Pesquisa Arqueológica. VIII Encontro Regional Sul de História Oral, Joinville/SC., p. 338-344, 2015.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CARVALHO, Luzia Maria de Sousa. *O que nos dizem os mortos?* Aspectos alimentares inferem modos de vida dos povos pretéritos na Serra da Capivara. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresino, 2019.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, Mario Sousa. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *In*: TOLENTINO, Átila B. (Org.). *Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades*. [Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 3]. João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013. p 27-31.

COSTA, Eliane Miranda; COSTA, Diogo Menezes; PACHECO, Agenor Sarraf. *Patrimônio Arqueológico e Memória*: Reflexões sobre a Construção da Identidade no Rio Mapuá, Marajó, PA/Brasil. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: novos e velhos desafios. Florianópolis - SC, 2015.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera. *Memória e novos patrimônios*. Marseille: Open Edition Press, 2015.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, 6. <https://doi.org/10.51880/ho.v6i0.62>, 2009.

FERREIRA, Maria Aparecida Gomes. "Eu tirava conclusão de uma nuvem pra outra": Uma reflexão sobre histórias. *História Oral*, v. 1, n. 15, p. 9-34, jan.-jun. 2012.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.

FREITAS, Aline Gonçalves; LEÔNICIO, Yannara Brennda da Silva; CARVALHO, Luzia Maria de Sousa; NASCIMENTO, Ana Luisa Meneses Lage; CHAVES, Sérgio Augusto de Miranda. Paisagem, clima e subsistência no Sudeste do Piauí: Estudos arqueopalinológicos no Sítio Toca da Baixa dos Caboclos. *Clio Série Arqueológica*, Recife, v. 37, n. 1, p. 211-238, 2022

GNECCO, Cristóbal. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências*

Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 15-26, jan.-abr., 2009.

GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GUIDON, Niède; VERGNE, Cleonice; VIDAL, Irma Asón. Sítio Toca da Baixa dos Caboclos. Um abrigo funerário do enclave arqueológico do Parque Nacional da Serra da Capivara. *Clio Série Arqueológica*, Recife, v.1, n.13, p. 127-144, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

HOLTORF, Cornelius. Iconoclasm. The destruction to loss of heritage reconsidered. In: G.Coulter-Smith (Ed.) *Art in the Age of Terrorism*. London, Holberton, p. 228-240, 2005.

ICOMOS/ICAHM. *Carta de Lausanne: Carta para Gestão e Proteção do Patrimônio Arqueológico*, 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016*. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_d_e_abril_de_2016.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.

LEITE, Ledja Suzane da Silva. *O perfil funerário do sítio pré-histórico Toca da Baixa dos Caboclos - sudeste do Piauí - Brasil*. Dissertação (Mestrado em

Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial: descobrimentos, alianças, resistências e encobrimento. *Revista FUMDHAMentos*, São Raimundo Nonato, v. 1, p. 7-52, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

OLIVEIRA, Ana. Stela de Negreiros. *O Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ORSER Jr., Charles. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009, p. 23-72.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula; NUNES, João Arriscado. Introdução: para Ampliar o Cânone da Ciência: a Diversidade Epistemológica do Mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Semear Outras Soluções: os Caminhos da Biodiversidade e dos Conhecimentos Rivaís*. Porto: Edições Afrontamento, 2004. p. 23-101.

SANTOS, Josimar; SOUSA, Luana Mateus. Guardiões da memória: um estudo na Serra do Evaristo sobre os aspectos semelhantes entre cultura africana e brasileira. *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, v.8, n.4, p.14-22, 2020.

SANTOS, Pablo Patrick Jovino. *Memórias e narrativas sobre as populações indígenas em São Raimundo Nonato - PI e microrregião: uma descrição sobre as produções históricas antecedentes, abordagens precursoras e relatos orais*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2019.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. *Sillogés*, Rio Grande do Sul, v.1, n.1, p. 41-60, jan./jul. 2018

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Maná*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009.

Foto 3- Sr. Raimundo Gomes da Silva (40 anos), filho mais velho de Dona Isidória nos indicando o caminho para o Sítio arqueológico, em seu quintal. Fonte: Luzia Policarpo (2017).

Foto 4- A família de Dona Isidória e nossa equipe de trabalho no Sítio. Fonte: André Araújo (2017).

Legenda das fotos

Foto 1- A paisagem cultural recente do Sítio Toca da Baixa dos Caboclos. Fonte: Luzia Policarpo (2017).

Foto 2- Entrevista com Dona Isidória Maria de Jesus (79 anos). Fonte: Aline Freitas (2017).

Lista das pessoas entrevistadas (nome completo, idade):

Isidória Maria de Jesus, 79 anos, São João do Piauí-PI, out. 2017.

Raimundo Gomes da Silva, 40 anos, São João do Piauí-PI, out. 2017.